



ppri4.org



ppri.partido

Contra as demissões dos contratados. *Estabilidade imediata à todos os professores categoria O.*

A atribuição e convocação dos professores temporários e que prestaram o concurso agora em 2023 estão sem nenhuma garantia de emprego.

O governo aplica a sua política de sucateamento dos serviços públicos, impõe esse concurso de acordo com a “nova carreira”, onde o salário não existe mais, já que este dá lugar ao subsídio. No “novo” plano de carreira não existe mais a evolução com os quinquênios e sexta parte. Dessa forma, com a lei 1374/2022, que impõe avaliações de desempenho subjetivas que determinarão a continuidade dos contratados. Os três anos de contrato ativo perderão a validade, pois todos os anos os professores serão avaliados.

O processo de atribuição sempre foi estressante, agora se acentuou com a atribuição virtual. De 2021 para cá o governo passou a determinar que a opção pela carga horária de trabalho (jornada integral) se sobrepusesse a pontuação acumulada durante os anos de trabalho dos professores. Em 2022 a regra atingiu também os professores em regime de contratação, e a atribuição virtual reforçou a escolha pela jornada. Uma parcela de professores com mais de uma década de trabalho, que acumulavam e que faziam opção por uma menor jornada (inicial ou básica), ficaram para trás. Muitos professores ficaram sem aula por meses, outros sequer pegaram aula durante o ano todo. Para “minimizar” o problema, o governo lança um edital de concurso para efetivação de professores em 2023, com apenas 15 mil vagas. O central é que concurso sem a estabilidade para os contratados impõe a

demissão destes professores! Quase 300 mil inscrições foram realizadas. Só de professores contratados o Estado de São Paulo acumulou este ano de 2023, 100 mil categorias O. Ou seja, as 15 mil vagas não resolvem o problema da atribuição efetiva, e serve de filtro ainda maior para exclusão e a continuidade desse tipo de contratação instável e rebaixada. O concurso farsante só fez perpetuar o regime de contratação temporária e com piores critérios.

Após a prova do concurso, depois de meses de espera, os avaliadores desclassificaram 70 mil professores, devido a vídeo aula, que valia 40% da prova. A prova foi uma humilhação, era algo completamente fora dos padrões (que já eram filtros de eliminação de professores), e que fez um terço dos inscritos, 100 mil professores (somado a desclassificação dos que zeraram na prova dissertativa) serem excluídos imediatamente, e as respostas sobre os critérios não justificava a exclusão. Para completar a precarização **a intenção do governo para 2024 é usar a classificação da prova para contratar professores**, e apenas 5% dos que foram classificados conseguirão se efetivar, sem previsão de data. Dos professores que entraram com recurso, somente 10,5% foram deferidos, e os desclassificados, com anos de carreira, não participarão da atribuição na primeira chamada, terão que se inscrever nos editais de abertura emergencial, quando houver necessidade por diretoria de ensino.

O calendário de atribuição de aulas para 2024 não está definido. TODOS os professores contratados de 2018 a 2023 terão seus contratos extintos, os mais antigos, e interrompidos os mais recentes (2021, 22 e 23).

A contradição é que todos os anos começamos as aulas com a falta de professores em todas as escolas. Mesmo os professores das escolas PEIs, com exceção dos efetivos, não serão reconduzidos.

Ano após ano vemos os fechamentos de salas e turnos inteiros. As escolas de tempo integral contam com número reduzido de professores e alunos, ficam com salas ociosas enquanto as escolas de tempo regular estão com salas superlotadas. Expulsam os alunos das escolas de seus bairros que não podem ficar em regime integral (boa parte destes precisam associar trabalho e estudo), agravam o quadro de desemprego, subemprego e evasão de alunos. É importante destacar esse programa para mostrar que este veio para aprofundar a crise que vivenciamos na educação pública.

Essas alterações vieram “acopladas” a falácia de que as escolas estão se equipando tecnologicamente, chegam a colocar disciplinas e “itinerários formativos” (que fazem parte do “novo” Ensino Médio, e foi rejeitado pelo conjunto de professores, alunos e pais) que necessita do uso de tais recursos que na verdade não existem. As escolas sequer têm internet estável, há equipamentos (longe de serem o suficiente para atender a demanda) que quase não são utilizados, tanto pela burocracia em usar estes, quanto pela ausência de acesso à web.

Estamos diante de uma demissão em massa de professores, de exclusão de alunos e fechamento de salas. Assim, não podemos deixar de analisar o que fez essas medidas avançarem, e o que fez a direção da APEOESP diante dessa destruição da educação pública e dos serviços sociais no geral. **!**

O IMOBILISMO SINDICAL E A POLÍTICA DE CONCILIAÇÃO DAS DIREÇÕES TRAIADORAS

Em 2022 encerramos o ano com um ato chamado pelos grupos de oposição, –forçando a direção majoritária da APEOESP a participar, em frente a Secretaria da Educação de São Paulo, que “exigia” atribuição de aula justa e presencial. Começamos o ano de 2023 na mais pura “virtualidade”, as únicas atribuições que aconteceram presencialmente eram para as escolas PEIs com chamados por editais. Houve erros grotescos nas pontuações de professores, e apesar disso, não houve uma convocação de assembleias para organizar a luta.

A Corrente Sindical Marxista – Guillermo Lora, ergueu atos na região onde atuam, sem a colaboração mínima das direções regionais burocratizadas. Conseguíamos resolver problemas de professores exigindo da Diretoria de Ensino a correção, mas isso se deu de ma-

neira isolada. O problema era estadual e os boletins da direção burocratizada só transmitiam a fala do governo de que estavam fazendo o enfrentamento e que devíamos aguardar as respostas, apontando que a luta deveria acontecer no parlamento/jurídico; uma cilada que só tem feito os professores perderem ainda mais a confiança no sindicato, que é defensor da política do governo federal, que agora se aproveita da frente ampla que se formou em torno deste para obstaculizar a ação política independente dos professores.

As assembleias de base foram abandonadas. Esse ano foram chamados atos, sem visitação nas escolas por parte dos conselheiros, a não ser os da oposição que são minoria e não contam com ajuda de custo. Fato é que não havia a convocação dos professores. Os Representantes de Escolas não foram eleitos

(professores esses que tinham um papel importante em levar os informes sindicais para a escola), os conselheiros eleitos em maio, se aglutinaram numa única chapa, sobre a direção de Maria Isabel Noronha (PT), também Deputada Estadual. Essa aglutinação derrubou as correntes de oposição que pressionavam a burocracia e faziam trabalho de base. As correntes que se recusaram a essa “unificação” eleitoreira é minoritária, e não tem conseguido erguer reuniões também por disputas entre correntes internas que querem impor uma direção unilateral.

Os atos esvaziados, como o que aconteceu NO FINAL DE JUNHO de 2023 em frente a SED/SP, não contavam com uma centena de professores. A Deputada/Presidenta discursava sobre ações encaminhadas à ALESP. A judicialização, por exemplo, sobre o **continua** ➔

descalbro que era o concurso público anunciado pelo governo, não derrubou nem mesmo a vídeo aula como critério de avaliação.

Essa direção pode ser caracterizada como a direção das derrotas. Nenhuma linha das políticas impostas pelo governo foi modificada. A quantidade de problemas e destruição que acumulamos vai muito além, que não caberia num boletim. Mas o essencial é destacar que a burocratização de décadas do sindicato APEOESP, não levanta nem mesmo as lutas mais elementares, que antes aconteciam, mediante a convocação de assembleias, que com muita dificuldade ainda conseguiam se erguer como frente de luta contra os governos. Os métodos de defesa da categoria foram plenamente substituídos pela pressão jurídico/parlamentar e as poucas lutas que se erguem estão dentro dessa camisa de força que é parte da política conciliadora nefasta, temos que romper essa camisa de força, defendendo em primeiro plano a independência de classe das direções e dos movimentos.

Como parte dessa política que colabora com os governos a direção do sindicato se recusa a chamar uma assembleia para enfrentar tantos problemas. Desvia a luta para a pressão parlamentar, como fez em relação aos cortes na educação e principalmente neste momento contra a privatização da SABESP. O governo burguês é intransigente, atende a uma classe minoritária exploradora, deu de

ombros para o plebiscito que apontou que 97% da população que votou (quase 1 milhão de pessoas), foi contra a privatização. A CSM-GL apontou que esse método não seria capaz de barrar as ações do governo. A prova cabal do fracasso parlamentar foi escancarada na votação do 06/12 na Assembleia Legislativa que aprovou a privatização da distribuição e tratamento da água.

A direção da APEOESP aprofundou a política de conciliação com os governos, não ergue as bases, pois sabe que só esta poderá de fato reverter a destruição da escola pública e sucateamento desta para abrir precedentes a privatização e terceirização, e que para isso precisará enfrentar não só os governos de Tarcísio de Freitas, mas também o de Lula/Alckmin. Não fez uma campanha concreta para associar os professores contratados, não fez trabalho de base, deixou os professores à míngua, em detrimento dos interesses eleitorais, enquanto os golpes pelo governo eram deferidos a toda categoria.

A verdade é que o ano não acabou, a única assembleia chamada em 20 de outubro mostrou que há disposição de luta. A Oposição Unificada Combativa que se organizou como oposição à direção majoritária, não pode cair na falácia de atos em frente a ALESP. Devemos como oposição pressionar para o chamado de uma assembleia urgente, com ampla convocação da categoria, sobretudo de professores temporários. Mostrar

para os professores efetivos que a precarização do trabalho está intimamente ligada ao regime de contratação precária e a mudança para o chamado “Novo Ensino Médio” que nos obriga a cumprir com um currículo cada vez mais rebaixado e “flexível”, e a trabalhar em condições cada vez mais aviltantes, subempregando professores e dificultando a permanência dos alunos na escola.

Só com os métodos da luta de classes poderemos nos unificar e barrar as ações do governo. Só uma assembleia com comandos de convocação poderá pôr em curso uma frente ampla de LUTA, com a participação das bases, apontando para os rumos corretos de enfrentamento direto, capaz de superar as direções burocratizadas que travam a luta e traem os explorados. **!**

Pela convocação de uma assembleia imediata contra as demissões para o dia 13/12/2023!

Por uma atribuição de aulas que respeite a pontuação dos professores e que aconteça presencialmente!

Pela efetivação e estabilidade imediata de todos os professores que estão ativos!

Provão paulista seriado, mais um filtro de exclusão para a juventude no ingresso ao ensino superior.

A realidade da juventude na escola pública está bem aquém das condições do que eles precisam para iniciar o ensino superior, a começar pelo número de vagas, principalmente nas instituições públicas, que não equivale a quantidade de jovens que terminam o ensino básico. Os vestibulares e mesmo o ENEM, servem de funil para excluir, principalmente a juventude pobre e a classe média arruinada. O governo, seguindo a lógica da farsa de que está melhorando as condições para a juventude, implementou uma prova externa, como mais um critério de ingresso da juventude ao ensino superior, como se esse fosse o problema e não o número reduzido de vagas nas universidades. Carrega o nome de “seriado” porque os alunos terão que fazer as provas nos finais dos anos das séries do E.M.

Até o momento, o governo anunciou que cinco instituições de ensino superior reservarão vagas para os alunos que tiverem bom “desempenho na prova”, porém a maior parte destas vagas são para cursos tecnólogos da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC), ou seja, o aluno terá que ingressar onde tiver vaga. O provão é mais uma prova excludente, que exige que alunos fora da escola, de outros estados e das ETECs façam o provão na capital, já nesse quesito uma grande quantidade será excluída, como já aconteceu esse ano com as alterações do cronograma e da dificuldade de ir até a capital para realizar a prova. Devemos deixar bem claro para os professores que de promissor não tem nada esse provão, será mais uma via que o governo cria para beneficiar os financistas da educação que pretendem lucrar com os bens públicos. **!**

O provão paulista é mais uma ilusão criada pelo governo que não beneficiará o conjunto da juventude. Abaixo ao provão e vestibulares. Que a juventude possa acessar o ensino superior sem filtros!

MANIFESTAÇÕES MASSIVAS PELO MUNDO CONTRA O GENOCÍDIO SOBRE OS PALESTINOS

Nas últimas semanas, houve movimentos massivos contra o genocídio realizado por Israel (com o apoio dos EUA), sobre o povo palestino na Faixa de Gaza. No dia 11/11/2023, em Londres, mais de 800 mil pessoas marcharam em protesto contra os bombardeios realizados por Israel. Na França, as manifestações também foram significativas, mesmo com a proibição estabelecida pelo governo.

Na Bélgica, quatro sindicatos do aeroporto de Lieja decidiram não movimentar materiais militares que iam dos EUA para Israel. Em comunicado conjunto dos sindicatos, foi anunciado que: “recusamo-nos a manusear material militar destinado à guerra na Palestina. Enquanto o genocídio tem lugar na Palestina, os trabalhadores de vários aeroportos belgas assistem ao envio de armas para zonas de guerra. O carregamento e descarregamento destas armas está ajudando a fornecer condições para matar pessoas inocentes. Nós, os vários sindicatos ativos no setor da assistência em escala, pedimos aos nossos membros que deixem de tratar de voos que transportem equipamento militar para a Palestina/Israel”.

Os trabalhadores portuários de Barcelona também anunciaram a sua recusa em permitir que qualquer navio com carregamento de armas para Israel atraque no Porto.

Percebe-se uma mobilização instintiva das massas e do operariado mais consciente em defesa do povo palestino. Assim, abre-se uma via para a luta coordenada, unificada e internacional, visando a paralisar a indústria militar e bloquear o transporte de armas dos países imperialistas à região em conflito. **!**

TODO APOIO ÀS MANIFESTAÇÕES MASSIVAS EM APOIO AO POVO PALESTINO! PELA DERROTA MILITAR DO IMPERIALISMO E DO SEU ENCALVE SIONISTA DA PALESTINA!